

Branca Falabella Fabrício (UFRJ)

O impacto das novas tecnologias nas identidades é um tema que está na ordem do dia, gerando discussões e publicações em campos tão variados quanto o acadêmico, o midiático e o artístico. A obra em tela, inserindo-se nesse panorama, discute amplamente a forma pela qual a tecnociência vem se amalgamando às experiências humanas em geral, mudando nossa compreensão da vida cotidiana no trabalho, na família e nas rotinas de inúmeros contextos institucionais e não-institucionais. Independentemente do teor dessas mudanças – algumas dramáticas, outras sutis, muitas fascinantes – é fato que elas vêm sendo experimentadas nas atividades mais mundanas do nosso dia-a-dia. Vivemos uma vida marcada pelo compasso de um amontoado de tecnoengenhocas “animadas” que cada vez mais se hibridizam às atividades e relações sociais, propondo novas coreografias corporais e ruídos que, em conjunto, orquestram e entrecortam nosso vocabulário, nosso gestual, nossa fala e nossas ações. O texto de Paula Sibila, de forma instigante, interroga os recentes ritmos e danças contemporâneas que somos instados a ensaiar. O trabalho, mobilizando vasto aparato teórico, é norteado por dois propósitos: mapear parte desses novos passos e delinear algumas linhas de reflexão. Meus comentários acompanharão esse duplo movimento da autora, com dois focos distintos: 1) olhar para as questões apontadas sob o foco da pragmática da linguagem; e 2) refletir sobre a perspectiva ética, já presente no texto, do ponto de vista do discurso, agregando a ela outra dimensão.

1. O MAPEAMENTO: PRIMEIRO MOVIMENTO DO TEXTO

Para pensar nos agenciamentos coletivos, usos e apropriações das tecnologias, a autora, recorrendo a Foucault e ao seu eixo tríplice poder-saber-subjetividade, procura reconstruir as condições de possibilida-

de de emergência de novos espaços discursivos sobre o corpo e da rede de crenças ligadas às novas tecnologias. Nesse percurso, entrelaçando as óticas foucaultiana, nietzchiana e deleuziana, aponta, entre outros contextos, o da a globalização e as inúmeras reconfigurações dela decorrentes, com destaque para a explosão de inovações tecnológicas em diversas áreas, sobretudo no campo da informação e das ciências que lidam com a vida. Tais rearticulações, em velocidade inaudita, promoveriam alterações profundas em formas de vida habitualizadas cujos efeitos nos desorientam, intrigam e abismam.

A partir desse primeiro panorama, Sibila descreve uma complexa trama sócio-histórica em mutação, da qual fazem parte, entre outros, a matriz sociotécnica contemporânea advinda do avanço das ciências e tecnologias (neurociência, neurobiologia, genética, por exemplo) e da associação tecnologia–mercado; os regimes tirânicos de *upgrading* que se impõem aos corpos contemporâneos, submetendo-os a permanentes atualizações tecnológicas; o recrudescimento do mito científico como instância “transcendente” e explicativa das verdades da vida; e, de forma saliente, a base tecnológica e epistemológica da atual tecnociência, que denomina, a partir do estudo de Hermínio Martins (1996), *tradição fáustica do pensamento ocidental* – desejo de transcender radicalmente a condição humana e seus parâmetros básicos, como finitude, contingência, mortalidade, corporalidade, animalidade e limitação existencial. Esse desejo de ultrapassagem das imperfeições humanas seria distinto daquele presente na *tradição prometeica* de melhorar e habilitar os seres humanos a triunfarem sobre as forças naturais hostis.

A partir dessa postura, Paula Sibila elabora a tese de que a sociedade atual assistiria ao surgimento de um tipo de saber radicalmente novo, com um anseio inédito à totalidade – saber fáustico que pretende exercer controle total sobre vida e morte, desvincilhando-se do corpo orgânico perecível e limitado. Tal estado de coisas apontaria para uma redefinição dos conceitos clássicos de ser humano, de vida e de natureza, configurando a era do pós-humano, pós-orgânico, pós-biológico, pós-material e pós-emocional, evidenciados na figura do *cyborg*, o homem-código amálgama de homem, máquina e informação digital.

O mapeamento mostra, pertinentemente, que o desenvolvimento de inovações tecnológicas e as novas possibilidades corpóreas e identitárias não podem ser dissociados da enorme reconfiguração do pensamento e da

crise de paradigmas canonizados. É aqui que incide nossa possível contribuição à argumentação elaborada: também faz parte desse campo epistemológico em mudança a chamada “virada lingüística” (Auroux, 1998), que chama nossa atenção para os efeitos performativos da nossa linguagem na configuração de realidades ambientais, emocionais e subjetivas, dimensão não considerada no texto. Tal dimensão colocaria a discussão em outra perspectiva, deslocando-a na seguinte direção: que visões de linguagem, significado, identidade, conhecimento e ciência estão em jogo nas tendências neognósticas apontadas pela autora?

2. UM POSSÍVEL OLHAR PROPICIADO PELA PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM

Os estudos pragmáticos e neopragmáticos da linguagem mostraram que nossa percepção da realidade não está desvinculada de nossas práticas discursivas e de nossos sistemas de nomeação, utilizados tanto para designar o que já existe em nosso repertório de sentidos quanto para alargá-lo, a ele adicionando significados inexistentes (Witgenstein, 1958 [1953]; Marcondes, 2000 [1992]). Mas, nos dois casos, não existiria uma essência fixa dos termos que empregamos, nem tampouco eles descreveriam propriedades intrínsecas das coisas, estados de coisas ou eventos. Em outras palavras, nosso sistema de referência não informaria nenhum valor de verdade sobre os referentes, os quais seriam dependentes das teorias e dos conceitos que utilizamos para interpretar o que entendemos por mundo. A implicação mais imediata de tal ótica seria o fato de que toda descrição permite uma redescricao. Por conseguinte, toda realidade por nós conhecida estaria inescapavelmente entretecida às nossas descrições, o que torna a existência de “fatos em si” uma impossibilidade, já que existir seria um critério semântico. É daí que viria o sentido de maleabilidade e plasticidade do homem, de sua linguagem, de seu corpo e do mundo social – entendidos como sistemas abertos e cambiantes.

Esse argumento pragmático afirma que nosso corpo, além de ser uma construção histórica, é também indissociável dos discursos que sobre ele fabricamos e dos sentidos que sobre eles projetamos. Tal formulação nos permite pensar no corpo como sistema semiótico sujeito à atri-

buição e projeção de diferentes sentidos que, como argumenta Freire Costa (2004), hierarquizamos e *re-hierarquizamos* moralmente o tempo todo.

A noção de corpo como sistema semiótico nos leva a uma perspectiva semelhante para a subjetividade. Em uma visada pragmática, o corpo, assim como a subjetividade a ele associada, seria produto das identificações com os objetos de nossos desejos ou com os eventos que modulam nossos modos de desejar. Meu corpo “é” e eu “sou” na interação com circunstâncias e acasos dos ambientes pelos quais circulo. Como estes são cambiantes, meu corpo e minha identidade são instáveis inclusive nos critérios que permitem reconhecer o que já conheço como sendo “eu” (cf. Freire Costa, 1995). Por isso, a idéia de instabilidade e provisoriedade sempre incidiria sobre nossos arranjos subjetivos, porque atrelados a contingências sócio-históricas. Adotar tal perspectiva é conceber a pluralidade de nossos modos de ser, desejar, sentir, pensar e agir. Mas é também respaldar a idéia, muitas vezes desconcertante, de que nem sempre detemos o controle dos desdobramentos de nossas ações, pois não nos é facultada a capacidade de determinar previamente quais serão os efeitos de nossas práticas no mundo social.

3. O OLHAR PRAGMÁTICO E O PARADIGMA FÁUSTICO: CRENÇAS EM DIÁLOGO

O que acontece com as noções de corpo e subjetividade quando concebemos uma humanidade pós-orgânica, informacional e digital, propiciada pela idéia de inteligência artificial, que acena com a possibilidade de podermos fazer *download* de pensamentos? Esse horizonte lida com as noções de réplica, cópia e mímica, tão nossas conhecidas. Aliás, a replicação é um tema central das tecnologias contemporâneas (vide a clonagem, por exemplo). Como construímos réplicas? Fabricando e sustentando hipóteses analógicas e correspondentistas que equiparam “isto” a “aquilo”. Esta operação, entretanto, que parece se insinuar como um caminho original no modo de produção de conhecimento, lida na verdade com crenças e procedimentos epistemológicos históricos, entre os quais podemos apontar uma noção de ciência causal, para a qual “conhecer” é ter conhecimento do processo causal; uma percepção de que conhecer o

processo causal deve significar a possibilidade de laminar as causas para gerar os efeitos; e uma caracterização do conhecimento científico como movido pelo propósito de descobrir o nexa causa-efeito de toda sorte de fenômenos, e, por isso, conseguindo potencializar as capacidades humanas ou delas prescindir (cf. Marcondes, 2000 [1992]). Adere também a uma noção de significado e de identidades descritivas estáticas, pois para pensar em réplica tenho que conceber a imutabilidade e a estabilidade dos sentidos.

Segundo a ótica wittgensteiniana, esses são jogos de linguagem possíveis, que configuram e configurarão ambientes de certa maneira. Entretanto, seriam eles originais? Pensar em um homem pós-orgânico e digitalizado da inteligência artificial, aparentemente um ineditismo, se mantém no mesmo solo discursivo da tradição corpórea que pensa em desbancar: a crença nos sentidos e nas identidades estáticas, nossa velha conhecida, permanece intocável, não exibindo o caráter ficcional de qualquer processo de produção de conhecimento, incluindo o científico. O que o texto não discute é justamente uma série de conceitos como: *orgânico*, *pensamento*, *ciência*, *técnica*, *conhecimento*, empregados como conceitos operatórios, isto é, conceitos não-tematizados mas utilizados para a explicação e para a defesa de determinada concepção de ciência / filosofia. Figuram como ponto de partida para a defesa de outras teses sem que se procure defini-los.

Tal movimento, apesar de todas as ressalvas deleuzianas e nietzchianas feitas, apresenta a nova tecnosfera contemporânea como revelação de estados de coisas finalmente “descobertos” e não como a inauguração, ou reinvenção, situada sócio-historicamente, pela articulação de uma miríade de discursos, de mais uma forma possível de experienciar e entender a idéia de humano. É como se a autora acabasse sucumbindo à própria lógica do referencial que visa problematizar. Entender como crenças se formam e como realidades se engendram é muitas vezes fundamental para que estudiosos da contemporaneidade possam estranhar certas teorias fixistas e causais, como as apontadas por Paula Sibila, que abordam construções discursivas históricas como formas constituintes e permanentes de todos os sujeitos.

Nessa perspectiva, seria problemático invocar o pós-humano. Segundo a própria autora, a sociedade de consumo contemporânea vem tornando o corpo e as experiências nele centradas foco de grande atenção, desenvolvendo uma obsessão pelo corpo e pela saúde produtora de uma

série de discursos como hiperestimulação e superexcitação dos sentidos corpóreos. Acrescento a essa ressalva o fato de que postular o pós-orgânico seria incorrer em dupla simplificação. Em primeiro lugar, porque o conceito de globalização envolve tamanha polissemia e complexidade, que nos impediria de apontá-lo como “elemento causal” do panorama contemporâneo, concebido (teórico-discursivamente, é necessário sublinhar) por diferentes autores. Em segundo lugar, porque que mudanças nos hábitos sociais intersubjetivos não dependem apenas de aspectos e configurações históricas recentes. As mudanças no campo da subjetividade parecem por demais complexas para operarem transformações culturais em curto prazo. Não substituímos repertórios identitários como trocamos de roupa. Diferentes historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos, psicanalistas e psicólogos sociais mostram-nos que o tempo da História opera sob outra cadência. Podemos dizer que transformações nas formas de vida acarretam mudanças subjetivas; da mesma forma, podemos afirmar que os corpos e os sujeitos são uma realidade histórico-cultural, e não “entidades” invariáveis no tempo e no espaço. Porém, postular relações teóricas causais entre fatores político-econômico-cultural-ideológicos e alterações da subjetividade, como, em muitos momentos, parece fazer o texto de Paula Sibila, pode ser um salto interpretativo arriscado, pois a realidade subjetiva não deveria ser pensada como “efeito” logicamente independente de nossas hipóteses causais, que nada mais são que sentidos sustentados discursivamente.

Mediante o exposto, seria necessário pensar na relação entre sujeito, tecnologias digitais e mundo globalizado sob o ângulo da retroalimentação. Isto é, as práticas econômico-empresariais da chamada sociedade pós-industrial estimulam uma variedade de práticas discursivo-subjetivas, e o modo plural pelo qual com elas nos identificamos e a elas aderimos nutre a construção e a manutenção de determinadas crenças e discursos econômico-empresariais, em uma relação de mútua implicação.

4. A QUESTÃO ÉTICA: SEGUNDO MOVIMENTO DO TEXTO

Não obstante algumas considerações apressadas, o texto de Paula Sibila delinea competentemente um cenário um tanto promissor. Mostra que há todo um aparato de discursos, metáforas, práticas e imagens que

nos permite pensar em realidades sociais, corpóreas e psicológicas como moventes e efêmeras, e não como inertes. Como corolário, podemos imaginar formas de subjetivação menos presas a práticas naturalizadas que produziram tantos fatores paralisantes da criatividade individual: a crença em identidades estáticas e imutáveis é uma delas. Os discursos sobre o homem pós-orgânico nos precipitam no espaço da abismação, provocando uma profusão de perguntas que alargam nosso potencial de invenção: Como seremos amanhã? Teremos corpos, afetos e emoções amanhã?

Não podemos acenar com respostas, mas podemos e devemos observar: Que comportamentos, etiquetas, gestuais e retóricas verbais estão sendo construídas pelas imagens tecnovisuais? Que metáforas imagéticas estão instanciando contemporaneamente as possibilidades de ser? A que ideal de corpo elas nos filiam? Ao do corpo livre para experimentações criativas ou ao do corpo submetido a novas formas de ditadura e coação? Faz-se mister, assim, estarmos atentos aos efeitos daquilo que dizemos estar nos tornando e ao processo de tessitura de nossos discursos e das novas regras e normas por ele criadas. A idéia da contingência de nossos corpos e subjetividades e de sua dependência constitutiva dos significados sobre eles produzidos nos permite pensar em nossa existência como aberta, imprevisível e transformável. Mas ela também nos torna responsáveis pelas conseqüências éticas de nossas atividades e escolhas – única esfera, concordando com Apel (1998), em que se aplicaria a idéia de universalização.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.